

Ano XX nº 5853 – 16 julho de 2018

Reforma Trabalhista: a farsa completou 1 ano

No último dia 13 de julho de 2017, completou um ano que foi promulgada a Reforma Trabalhista (LEI Nº 13.467/2017), uma legislação que desmontou a estrutura de direitos do trabalhador que vigorou no país por 74 anos.

Como explicar a aprovação de uma Reforma Trabalhista, que após um ano de vigência, não apresentou nenhum dos resultados anunciados por seus defensores? Não é possível responder sem compreender que a ruptura com a estrutura dos direitos trabalhistas estabelecidos na CLT (Decreto- Lei N.º 5.452, de 1º de Maio de 1943) não foi outra coisa senão um grande sistema de falácias, produzidas sistematicamente pela mídia para induzir ao engano da sociedade brasileira.

Falácia, é um artifício, pelo qual alguém usa de determinadas proposições falsas com o intuito de produzir uma conclusão enganosa, mesmo com aparência de verdadeira. Os argumentos que sustentaram a Reforma Trabalhista utilizaram necessariamente do expediente da falácia para legitimar as posições de interesses bastante mesquinhos. Isso porque as alterações da CLT não poderiam ser socialmente aceitas pelas razões que realmente possuem, uma razão ligada aos interesses imediatistas de uma fração do empresariado.



Senado aprova projeto de lei sobre proteção de dados pessoais



O Plenário do Senado aprovou na última semana o Projeto de Lei da Câmara 53, que disciplina a proteção dos dados pessoais e define as situações em que estes podem ser coletados e tratados tanto por empresas quanto pelo Poder Público. O texto foi aprovado nos termos do conteúdo votado na Câmara dos Deputados no fim de maio. A reportagem é da Agência Brasil.

Com isso, o Brasil se junta a diversos países do mundo, que já possuem legislação sobre o tema. O projeto agora vai a sanção do presidente Michel Temer.

O texto disciplina a forma como as informações são coletadas e tratadas, especialmente em meios digitais, como dados pessoais de cadastro ou até mesmo textos e fotos publicadas em redes sociais.

A proposta foi mantida na semana passada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mantendo o conteúdo da Câmara e indicando regime de urgência para votação na casa. A urgência foi apresentada em plenário, mas não chegou a ser apreciada.

O PLC tem apoio de diversas entidades, como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), a Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brascom) e a Coalizão Direitos na Rede, que reúne entidades de defesa de direitos dos usuários de internet. Mas encontrava resistência em organizações do ramo financeiro, como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Confederação Nacional de Seguradoras.

Proteja os animais!!!

A fanpage, Focinho Preto, foi criada para alcançar mais pessoas e unificar informações das ong's e protetores. Para ajudar é muito fácil: basta curtir a página no Facebook e compartilhar, <https://www.facebook.com/FocinhoPreto/>

Animais na rua é um problema de todos! Neste canal unificaremos informações para aumentar o número de adoções, castrações, resgates.

Convidamos os bancários(as) a se engajar nesta ação. Quanto maior a divulgação, maiores chances teremos.

